

A influência de fatores sócio-funcionais e o papel das Tradições Discursivas na gramaticalização da construção *Vossa Mercê*

Luciano Correa de Moraes Junior¹
Célia Regina dos Santos Lopes²

Resumo: O presente trabalho analisa, quantitativa e qualitativamente, os usos da construção *Vossa Mercê* em documentação medieval e clássica portuguesa, de modo a investigar, à luz dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional, quais fatores sintático-semânticos, discursivos e sócio-pragmáticos atuaram no processo de gramaticalização dessa construção. Os resultados indicam que a construção, como sintagma nominal, era mais comum em textos mais antigos, e que as ocorrências de *Vossa Mercê* como forma de tratamento sofrem um aumento a partir da segunda metade do século XV. A análise de estruturas recorrentes com *Vossa Mercê* nas crônicas medievais mostra que a capacidade do Rei de *conceder mercês* - isto é, as atribuições reais - se confundiram, metonimicamente, com a própria figura do Rei. Assim, de uma estratégia discursiva que garantia polidez em atos comunicativos de pedidos destinados ao Rei, *Vossa Mercê* passa a ser utilizada em referência direta à sua pessoa e, posteriormente, a qualquer outro alocutário com menor poder. Os resultados também comprovaram que o sintagma *Vossa Mercê* pode ter sido transportado para as crônicas medievais e clássicas por meio da influência de uma tradição discursiva latina mais antiga, inserida primeiramente na documentação epistolar, como proposto por Koch (2008).

Palavras-chave: *Vossa mercê*. Gramaticalização. Tradições discursivas. Linguística funcional.

The Influence of Socio-Functional Factors and the Role of Discursive Traditions in the Grammaticalization of the Construction *Vossa Mercê*

Abstract: The present study analyzes, quantitatively and qualitatively, the uses of the construction *Vossa Mercê* in medieval and classical Portuguese documentation in order to investigate, in light of the theoretical principles of Functional Linguistics, which syntactic-semantic, discursive, and socio-pragmatic factors influenced the grammaticalization process of this construction. The results indicate that *Vossa Mercê*, as a noun phrase, was more common in older texts, while its occurrences as a form of address increased from the second half of the 15th century onwards. The analysis of recurring structures with *Vossa Mercê* in medieval chronicles reveals that the king's capacity to grant favors (*mercês*), i.e., royal prerogatives, became metonymically intertwined with the figure of the king himself. Thus, starting as a discursive strategy to ensure politeness in requests addressed to the king, *Vossa Mercê* began to be used as a direct reference to him and later to any addressee of lesser power. The findings also confirm that the noun phrase *Vossa Mercê* may have been introduced into medieval and classical chronicles under the influence of an older Latin discursive tradition, initially embedded in epistolary documentation, as proposed by Koch (2008).

¹ Doutorando em Letras Vernáculas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-4653-4150>. E-mail: lucianocmjunior@letras.ufrj.br

² Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e Mestra em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Português-Literaturas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4344-1039>. E-mail: celiar.s.lopes@letras.ufrj.br.

Keywords: Vossa mercê. Grammaticalization. Discursive traditions. Functional linguistics.

Introdução

O português moderno, especialmente em sua variedade europeia, apresenta um sistema pronominal bastante rico e complexo no que diz respeito à segunda pessoa do discurso, oferecendo diversas possibilidades de referência a com quem se fala – como *Tu*, *Você*, *Vossa Excelência*, *o(a) Senhor(a)* e o próprio prenome do interlocutor. Tal complexidade, segundo Cintra (1972, p. 17), remonta às origens latinas da língua e já “se documenta [...] em Eutrópio”.

O latim, a princípio, dispunha apenas de *Tu* como pronome de referência à segunda pessoa do discurso no plano da intimidade. Consoante Brown e Gilman (1960), esse sistema se manteve estável até meados do século III d.C., quando passou por suas primeiras modificações. O latim tardio passa a valer-se do pronome *Vos*, até então de uso exclusivo da segunda pessoa do plural, como forma de distanciamento cortês para um único interlocutor.

Nas línguas ibéricas, esse sistema teria sofrido um processo de desgaste, posto que *Vos* começa a perder seu valor de cortesia e passa a ser empregado para membros de esferas sociais mais baixas, invadindo os contextos de *Tu*. Nessas circunstâncias, formas de base nominal (como *Vossa Mercê*) passam a ser utilizadas para marcar distanciamento. O empobrecimento da forma *Vos* pode ter levado ao uso de formais nominais para marcar deferência.

Segundo Cintra (1972), as formas de origem nominal, como *Vossa Mercê*, são introduzidas de forma esporádica em determinados gêneros discursivos – nas atas das cortes e nas crônicas de autores como Fernão Lopes. Além de *Vossa Mercê*, cujo primeiro registro é atribuído ao ano de 1331, o autor afirma que os primeiros usos de *Vossa Senhoria* se documentam em 1434; de *Vossa Majestade*, em 1442; de *Vossa Alteza*, em 1450; e de *Vossa Excelência*, em 1455 – todos inicialmente direcionados exclusivamente ao Rei.

Enquanto algumas dessas formas nominais foram se especializando no trato a posições hierárquicas específicas – como é o caso de *Vossa Majestade* (para o Rei), *Vossa Alteza* (para príncipes, princesas, duques e duquesas) e *Vossa Excelência* (para autoridades de maneira geral) –, *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* tornaram-se habituais no tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e entre pessoas das camadas sociais inferiores (como criados e subordinados) ao

se dirigirem a membros da nobreza. Assim, são estabelecidas condições para a expansão de seu uso e sua consolidação como estratégias de cortesia. No entanto, segundo Koch (2008), foi apenas a construção *Vossa Mercê* que ultrapassou o domínio discursivo (regido por regras discursivas) e adentrou o domínio gramatical da língua (regido por regras idiomáticas), inicialmente como pronome de tratamento e, posteriormente, como o pronome pessoal *você*.

O objetivo do trabalho é, pois, analisar quantitativa e qualitativamente os usos da construção *Vossa Mercê* em documentação medieval e clássica portuguesa, de modo a investigar, à luz dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional, quais fatores sintático-semânticos, discursivos e socio-pragmáticos atuaram no processo de gramaticalização dessa construção. Para dar conta desse objetivo, resgataremos os valores originais mais remotos de *mercê* para entender como se deu esse processo de mudança de nome (sintagma nominal) a pronome (tratamento abstrato). Outras questões norteiam a discussão: i) quais as leituras possíveis da construção *Vossa Mercê* nas crônicas medievais e clássicas?, ii) como esse processo de gramaticalização ocorreu?, iii) qual a interferência do contexto social, em particular de uma sociedade regida pela *concessão de mercês*, na explicação dessa mudança linguística?, iv) qual a importância do conceito das tradições discursivas (Koch, 2008) na análise da construção formulaica *Vossa Mercê* encontrada nas crônicas historiográficas analisadas?

O artigo está dividido em quatro partes, além dessa introdução. Na seção 2, realizamos o resgate dos valores originais de *mercê*, a fim de compreender a gênese do processo de gramaticalização — da função de nome (sintagma nominal) para a de pronome. Ainda nessa seção, são apresentadas questões a serem respondidas e algumas hipóteses. A seção 3, é dedicada a discutir os pressupostos teóricos norteadores da pesquisa e a metodologia empregada. Na seção 4, apresentamos os resultados quantitativos a partir da análise da construção *Vossa Mercê* como sintagma nominal, estratégia ambígua e como pronome de tratamento nos textos analisados. Por fim, na seção 5 tecemos nossas conclusões seguidas pelas referências e textos utilizados.

Da origem latina ao seu significado medieval de *mercê*: as hipóteses

Para entendermos a razão pela qual, dentre tantas formas nominais, tenha sido *Vossa Mercê* a acionada para um processo de gramaticalização, é primordial identificar os sentidos etimológicos do item *mercê* no latim, assim como seus primeiros usos na Europa, em particular na sociedade portuguesa medieval.

Conforme Corominas e Pascual (1985), o vocábulo latino *mercēs*, *-ēdis*, presente na gênese do vocábulo *mercê*, deriva de *merx*, *-cis*, termo latino utilizado para se referir a um *produto* ou *objeto à venda*. Esse mesmo radical deu origem, no português, a uma série de palavras que preservam esse valor inicial relativo a trocas comerciais como *mercado* e *comércio*. Munguía (2013) atribui significados semelhantes ao vocábulo no espanhol, como o *de paga*, *sueldo*, *retribución*, *honorários*, *recompensa*, *premio* e *precio*.

Ao lado dessas acepções com valor mais concreto, Munguía (2013) aponta, ainda no latim, um valor mais abstrato, como *daño*, *pena*, *castigo*. As expressões apresentadas para sustentar esses significados ao vocábulo são: (i) **sceleris m.**, i. e., *a punição por um crime*; e (ii) **temeritatis m.**, i. e., *a punição por imprudência*; (iii) **spreti numinus m.**, i. e., *a punição por haver depreciado as ordens divinas*. Percebe-se que, em todas essas expressões, há uma relação entre o vocábulo *mercê* e a noção de *punição*, o que nos permite supor, à luz dos fundamentos teóricos da Linguística Funcional, que esse vocábulo teve seu significado expandido por um processo metonímico. A pena aplicada aos que cometiam um crime, uma imprudência ou a desobediência a ordens poderia ser paga por uma quantia em dinheiro (*mercê*), o que pode ter levado o vocábulo, metonimicamente, a designar não somente o pagamento dado como pena por um delito, mas também a própria punição.

Outro valor mais abstrato atribuído ao vocábulo é encontrado no glossário de Du Cange et al. (1883-1887), que apresenta uma série de exemplos de emprego de *mercê* em textos latinos com o significado de *recompensa*:

- (i) *Dignus enim locus est, qui et gloriosam Mercedem nostram, et Senatus amplissimi laudabilia decreta contineat.* (Tradução: Pois o lugar é digno, que contém tanto nossa gloriosa recompensa quanto os decretos louváveis do mais distinto senado). (Athalaricus apud Senatorem lib. 9. Epist. 16);
- (ii) *Per quam Deo juvante, et Mercede vestra annuente, in Lugdunensi Ecclesia est ordo psallendi instauratus.* – (Tradução: Com a ajuda de Deus e sua/vossa recompensa, a ordem do canto foi restaurada na Igreja de Lyon). (Ledradus Archiepiscopus Lugdunensis as Carolum Imp.).

Diferentemente do valor relativo à *punição* presente nas expressões extraídas de Munguía (2013), em que *mercê* era empregado em um contexto de troca monetária, percebe-se nos exemplos de Du Cange et al. (1883-1887) que a noção de “troca” se abstrai, assumindo o sentido de recompensa. O exemplo (ii) ilustra claramente a capacidade divina de recompensar os fiéis. Nesse contexto, a *mercê* (recompensa) não é palpável ou material e só se tem acesso a ela a partir da *misericórdia, piedade e clemência* de Deus³ após a morte (Niermeyer, 1976). Aparentemente, a expansão de significado de *mercê* se dá por um processo metafórico, em que a indulgência divina é entendida como uma troca/recompensa.

Há ainda um nível ainda mais abstrato de significado atribuído à *mercê*, o de *graça, benefício, dom gratuito*, o que relaciona o vocábulo às seguintes expressões: (i) *fazer mercê da vida, de hum officio*”; (ii) *a’ mercê das ondas, dos ventos, i.e., à vontade, ao arbítrio*; (iii) *à mercê dos mares*; (iv) *mercês à morte*, conforme mostram Silva e Bluteau (1789). Esses valores, embora mais abstratos que os anteriores, conservam uma contiguidade semântica com a noção de *troca*, visto em Munguía (2013) e Du Cange et al. (1883-1887). Nos exemplos extraídos dessas duas obras, nota-se que, independentemente de *mercê* fazer alusão a uma recompensa monetária ou simbólica, há uma relação de dependência entre quem pede ou espera por *mercê* e aquele que a concede. A possibilidade de conceber uma *recompensa* vincula-se, intrinsecamente, à vontade de seu concessor de cedê-la. Tal significado latente de *mercê* contribui para a expansão de seu significado a um nível ainda mais abstrato.

Por fim, Silva e Bluteau (1789) e Niermeyer (1976), entre outros, fazem alusão ao fato de que *mercê* poder ser usado como “o tratamento que se dá em cortesia às pessoas que não tem Senhoria a quem se não trata por tu, ou vós; antigamente dava-se a el-Rei”.

Para compreender como esses valores semânticos de *mercê* acionaram os usos mais antigos de *Vossa Mercê* em termos de influência de aspectos sociohistóricos, partimos da hipótese de que a origem dessa mudança pode estar relacionada ao chamado *sistema de mercês* que vigorou em sociedades medievais, inclusive a portuguesa.

Segundo Nascimento (2005), ao final do século IX, surge, na Europa, a constituição de uma sociedade dividida em três categorias ou ordens: os clérigos, os guerreiros e os

³ Interessante notar que é esse o significado atribuído ao vocábulo *mercy* no inglês moderno.

trabalhadores. Essa concepção simbólica é importante por ter definido o estatuto de nobreza comum a sociedades ocidentais e ter demarcado um sistema fundado na hereditariedade.

Nessa sociedade, a nobreza, constituída em sua gênese por guerreiros que realizaram um grande feito social, possuía o exercício efetivo dos poderes senhoriais e a competência de julgar, cobrar impostos e comandar gente de armas (MATTOSO, 1980, p. 21). Para a consolidação desse sistema, a nobreza apoiava-se na transmissão de poder de forma hereditária, mas necessitava também de uma base material sólida que preservasse seu nível social. Nascimento (2005) afirma que os séculos XIV e XV representam um período de transição desse sistema, por apresentarem um processo de centralização de poder da nobreza a partir da ascensão de alguns nobres à figura de Reis. O poder real era tanto que passa a se confundir com o poder divino. Essa centralização, contudo, envolveu diversos abusos reais contra as demais camadas sociais e um sistema de recompensas que fazia os súditos deverem favores ao Rei.

Para Fragozo et al. (2010), o *sistema de mercês* origina-se em meio às guerras da Reconquista contra os muçumanos. A fim de garantir a lealdade de seus súditos, o Rei concedia à aristocracia terras e privilégios como recompensa por serviços prestados à Coroa. A *concessão de mercês régias* funcionava, assim, como um instrumento de poder. O Rei legitimava sua posição ao mesmo tempo em que selava novas alianças.

Nas crônicas de Fernão Lopes, que relatam os feitos dos Reis medievais, a construção com *Vossa Mercê*, ainda não gramaticalizada como pronome de tratamento, alude a um pedido de *mercê*. Trata-se de uma estrutura variável do tipo “X (for) vossa mercê (for)”, como se observa nos exemplos (1) e (2), em que *mercê* teria sentido de *vontade, agrado*, etc.

- (1) Mas aquele escudeiro que ho Comde envia a vos, sobre esto vos pode dizer o mais certo; chamaio e vede o que quer, e asy podees fazer o que **vosa mercer** foor. (Crônica de D. João I – Parte I, 1443)
- (2) nada por deuisar. E depois que todo teue assy acabado, chamou elRey e seus filhos e disselhe. agora podees ueer a semelhamça dos meus feitiços, ora me podees pregumtar por todo o que **uossa merçee** for. (Crônica da conquista de Guiné, 1453)

Nos dois casos, e em outros equivalentes encontrados no *corpus*, a interpretação é a de que o alocutário poderá fazer, em (1), ou poderá perguntar, em (2), o que for de sua vontade (=o que *uossa merçê for*).

Partindo desses dados, postulamos algumas hipóteses que serão discutidas no artigo. Se, nos dados mais antigos de *Vossa Mercê*, o item *mercê* relacionava-se ao poder que o Rei tinha em conceder favores aos seus súditos, como ocorreu a mudança para um significado mais genérico de *graça*, *vontade* ao longo do tempo? Como se operou o processo de abstratização de seu significado, tanto por metonímia quanto por metáfora? Como o seu emprego, em referência ao poder do Rei na concessão de favores aos seus súditos, foi se alterando para novos valores até passar a funcionar como um tratamento abstrato de segunda pessoa?

Os pressupostos teórico-metodológicos

A questão das Tradições Discursivas: a origem e a emergência das formas nominais

Para dar conta da natureza dos dados históricos, adotaremos alguns preceitos vinculados ao conceito de Tradições Discursivas (Koch, 2008), associados ao processo de gramaticalização do sintagma nominal (*vossa + mercê*) para o tratamento de segunda pessoa *Vossa Mercê*.

Koch (2008) discute, a partir da releitura de Coseriu (1981), que a atividade linguística se realiza a partir de dois domínios básicos em termos do nível histórico: o domínio das *tradições discursivas* (regras discursivas) e o domínio de uma *língua histórica particular* (regras idiomáticas). A mudança linguística operaria numa comunidade de fala, a partir de uma tradição discursiva específica, e se disseminaria em uma língua histórica particular.

Em seu texto, Koch (2008) aplica esses conceitos à incorporação-gramaticalização de *Vuestra Merced* no espanhol, e essa análise nos serve de base para compreender o processo também em português. O autor afirma que as formas nominais — também chamadas de “tratamento nominal abstrato” ou “tratamento abstrato” — teriam origem vinculada a tradição discursiva das cartas. Segundo ele, a junção do possessivo (para se referir ao interlocutor) com um substantivo abstrato que indica uma qualidade (Koch, 2008, p. 59-60) passa a ser usada no lugar de *Vós* como formas de tratamento. Essas formas constituem elementos típicos de estilo de cartas e de documentos oficiais seculares e eclesiásticos, desde o latim.

A tradição discursiva latina que ditava como deveriam ser escritas as cartas e os documentos oficiais teria atravessado toda a Antiguidade Tardia e toda a Idade Média. O surgimento, na Itália, no início do século XII, de uma disciplina retórica com enfoque na escrita de cartas e documentos, baseada nessa tradição discursiva — *o Ars Dictaminis* — acentuou a proliferação de modelos de escritura. Prevendo como os documentos baseados em cartas deveriam se estruturar, a “arte de escrever cartas” definia quais as saudações empregar, que tratamentos deveriam ser utilizados tendo em vista o papel social do destinatário, qual o formato e elementos constitutivos (data, captação da benevolência, assinatura, despedida, etc.). Os tratamentos abstratos presentes nesses textos se conformariam com o estado social dos interlocutores e teriam função quase argumentativa, ou seja, serviam também para captar a benevolência do destinatário. As formas de tratamento — seja o *Vós* de deferência para um único interlocutor seja o tratamento abstrato — servem, na realidade, para atenuar “a ameaça à ‘face negativa’ produzida por atos linguísticos, sobretudo diretivos. (Koch, 2008, p. 65)

Visto que as formas nominais presentes nesses textos obedecem principalmente a regras discursivas, e não a regras idiomáticas, tais fórmulas passariam facilmente de uma língua a outra, desde que a tradição discursiva se conservasse (Koch, 2008, p. 65). É à vista disso, que formas nominais bem parecidas entre si podem ser encontradas no latim, no português, no espanhol e no catalão, como ilustram os exemplos extraídos de Koch (2008):

- lat. <venientes> *in tam gravi pro modulo me<diocritat>is nostrae [...]* <iniuria im.ploratum maiestatem tuam [...]. [...] *praecipere digneris, ut beneficio maiestatis tuae [...] non ultra [...]* <prohibeamus> (inscrição de 180-183 = CIL VII 10570, II 19 y III 26, cit. Svennung 73).
- cat. *Sapie la vostre alte senhorie [...]* (outra carta de la misma época, cit. ib.).
- esp. [...] *atreuiendome en la uuestra merçed* (carta al rey [siglo XIV], cit. ib.).
- por. naqual ao despois foe morto Gonçallo de Sintra, por quanto os Mouros da dieta Ilha podem fazer empacho a vossos navyos, queremos, *se for vossa mercee*, armar sobre elles, e ou per morte ou prisom. (Crónica da conquista de Guiné, 1453)

Koch (2008) afirma que os primeiros dados do “tratamento abstrato” apareceram, primeiramente, em documentação oficial (cartas, ofícios, etc.), mas foram posteriormente incorporados em outros gêneros, como no discurso da corte. O autor defende que os súditos assumem, no discurso cortesão, algumas estratégias típicas do gênero epistolar. O tratamento

abstrato, assim, se origina no domínio administrativo, mas avança em outras tradições discursivas com traços mais marcantes de oralidade como, é o caso dos textos historiográficos que iremos analisar neste artigo.

O que se percebe, ao longo do tempo, é que algumas das formas de tratamento abstrato (*Vossa Alteza, Majestade*, etc.) mantiveram-se como estratégias de deferência a partir de regras discursivas dessa tradição diplomática para destinatários específicos. Entretanto, certas criações medievais, como *Vossa Mercê* > *Você*, seguiram um novo curso evolutivo, uma vez que deixaram *pari passu* a serem regidas apenas por “regras discursivas” de cortesia e se inserem no sistema da língua pelo viés da gramaticalização — ou seja, passam a ser regidas por “regras idiomáticas” ao serem incorporadas como pronomes de segunda pessoa. Como se deu essa transição das regras discursivas para regras idiomáticas, a partir da gramaticalização, será discutida na seção seguinte.

A gramaticalização por um viés funcional

Adotamos, neste artigo, uma visão mais clássica da gramaticalização, entendida aqui como um processo que se inicia quando uma unidade linguística, em determinado contexto, começa a adquirir propriedades cada vez mais gramaticais. No caso da gramaticalização da construção *Vossa Mercê*, foi possível perceber a perda do estatuto nominal da construção e a sua reanálise como um pronome de tratamento. Nesse percurso, identificamos dados com três possibilidades de leitura da construção: como nome, como pronome e os casos considerados ambíguos quando podemos ter uma leitura nominal e pronominal.

Na esteira de Heine et al. (1991), e em função da profusão de valores que a forma *mercê* poderia assumir, reconhecemos a pertinência de aplicar os quatro mecanismos que envolvem a perda de propriedades semânticas, morfossintáticas e fonéticas, além da extensão pragmática.

No que se refere, por exemplo, ao que os autores chamam de *dessemantização* ou *desbotamento semântico*, haveria a reinterpretação – em contextos determinados – de itens ou construções de significado concreto a significados gramaticais mais abstratos. No caso de *Vossa Mercê*, essa construção, inicialmente, se referia, como discutido, à *graça* ou *vontade* do Rei, isto é, ao poder real de conceder favores aos seus súditos. Em um segundo momento, o vocábulo

mercê passa a ter também uma noção mais genérica de *graça* ou *vontade*, o que permitiu que a construção fosse, mais tarde, destinada a qualquer alocutário. Em uma etapa bastante avançada do processo, a construção já funcionava como um pronome semelhante a *Tu*. Outro mecanismo, a **de categorização**, prevê que um item ou construção pode perder características morfossintáticas de sua categoria fonte, passando a ter, por exemplo, restrições de mobilidade dos constituintes. Nos estágios iniciais de *Vossa Mercê* como sintagma nominal, é possível, por exemplo, que elementos sejam inseridos entre o possessivo *vossa* e o nome *mercê* (*vossa grande mercê*), ou que os dois itens possam mudar de posição (sem **mercê** *vossa*, em (10)). Nos estágios finais, funcionando como pronome de tratamento, as intercalações e movimentos não são mais possíveis. Por fim, em termos de perdas, tem-se a **erosão fonética ou redução fonética**, em que há perda de substância fonética — como ocorreu na redução de *Vossa Mercê* em *Você* —, embora dados da forma encurtada não contemplem a época de nosso *corpus*.

Em termos de ganhos de propriedades, tem-se o mecanismo da **extensão pragmática**, que pressupõe a generalização contextual e o uso da forma em novos contextos. No fenômeno em questão, a construção *Vossa Mercê* passou de uma forma exclusiva ao Rei para uma estratégia de deferência geral e menos marcada.

O modelo de sobreposição (*overlap model*), de Heine (2003, p. 57), elucida algumas etapas desse processo: 1) uma expressão linguística A é recrutada para a gramaticalização; 2) esta expressão adquire um padrão de uso secundário (um segundo modelo de uso, B), tendo como efeito a ambiguidade entre A e B; 3) A é perdido — isto é, agora há somente em B.

No que concerne à construção *Vossa Mercê*, propomos que, num primeiro estágio, como em (A), a construção funcione como sintagma nominal, pois o item *mercê* admitiria a leitura de *graça*, *vontade* ou *recompensa* (seja em relação ao Rei ou a outro interlocutor). O terceiro estágio supõe que a construção seja necessariamente interpretada como um pronome de tratamento de distanciamento, como em (B). Nesse caso, o sentido de *graça*, *vontade* ou *recompensa* de *mercê* já havia se perdido. O estágio de transição (A/B) possibilita a dupla interpretação: ambas as leituras são possíveis por conta da ambiguidade presente no contexto de uso:

- (A) Senhora, seja **vossa mercee** de me perdoar; e sse me esta cousa perdoardes, aimda me Deos chegara a tempo que vollo servirei naquellas cousas que me vos mamdardes, e que eu emtender por vosso serviço. (Crónica de D. João I – Parte I, 1443)
(= “seja **vossa vontade/vossa graça** de me perdoar/faça-me o favor de me perdoar”) – Leitura nominal
- (B) Refere-se mais, que perguntando-lhe outra pessoa, donde era, lhe respondera: **Vossa mercê** não me conhece. (Vida do Apostólico, 1746)
(= “o interlocutor não a conhece”) – Leitura pronominal
- (A/B) e porem hu quer que **vossa mercee** for de sse fazer, alli he bem que sse faça, si mais rrazoamdo sobrello. (Crónica de D. João I – Parte I, 1443)
Leitura nominal A = “onde quer que for/estiver a **sua vontade/sua graça**”;
Leitura pronominal B = “onde quer que (**Vossa Mercê** = o rei/o interlocutor) for/vá”. – Leitura ambígua

Na leitura desse último caso (A/B) — “*porém hu quer que vossa mercee for de sse fazer*” — percebe-se que a ambiguidade foi criada pela forma do verbo *for* no futuro do subjuntivo, que tanto poderia estar associada ao verbo *ser*, levando à leitura A (nominal), quanto ao verbo *ir*, acionando a leitura B (pronominal). No primeiro caso, *Vossa Mercê* seria interpretada como [-humano, -pessoa] (*sua vontade, graça*), e, no segundo caso, como [+humano, +pessoa] (*o Rei, o interlocutor*). Para Heine e Kuteva (2007, p. 37), um contexto específico pode favorecer uma nova leitura, ou seja, o contexto possibilita uma *inferência convidada*.

Por fim, pretende-se mostrar, a partir da análise dos dados mais antigos, que a gramaticalização da construção *Vossa Mercê* envolveu processos de *metáfora* (relacionada ao modelo de transferência) e *metonímia* (associada ao *modelo contextual*) (HEINE, 2003).

Os valores associados à *mercê*, desde o latim até o português medieval, permitem a percepção de um processo de transferência conceptual, de acordo com o *modelo de extensão* de Heine e Kuteva (2007). Em um estágio remoto de sua evolução, *mercê* estava atrelado a um domínio concreto, pois fazia referência a uma recompensa obtida em uma troca comercial. Outros valores estão relacionados a um domínio mais abstrato, como os contextos em que *mercê* passa a se referir a uma recompensa simbólica que um fiel espera de Deus ou que um súdito espera de seu Rei — representante de Deus na Terra.

A *metonímia*, em contrapartida, envolve reinterpretação devido ao contexto (*context model*) e permite que uma entidade seja utilizada em substituição a outra (Lakoff e Johnson, 1980). Para Heine et al. (1991), a metonímia contribui para a gramaticalização por proporcionar uma reanálise estrutural, em que o nome de uma entidade é usado em alusão a uma entidade

que seja, de algum modo, contígua à primeira. Nesse caso, o componente pragmático do processo é fundamental, visto que a gramaticalização ocorre em determinados contextos apropriados e pode, ainda, levar à ampliação nos contextos de uso do item ou construção.

No que tange ao item *mercê*, os sentidos mais primários do vocábulo estão, em um primeiro momento, relacionados a *produto* ou *objeto à venda*. Ainda no latim, no entanto, há sucessivas ampliações de sentido por um processo metonímico: *paga*, *salário*, passando à *punição*, *misericórdia*, *recompensa divina*, *graça* etc. No período medieval, em um segundo processo metonímico, a *concessão de mercês* pelo Rei se confunde com a própria figura real, fazendo com que o item seja instanciado na criação do sintagma nominal *Vossa Mercê*, utilizado discursivamente como estratégia que garante polidez no trato com o Rei.

Em uma terceira etapa, a capacidade do rei de *conceder mercês* — ou seja, uma habilidade que envolve as atribuições reais — confunde-se com a figura do próprio Rei, e a construção *Vossa Mercê* começa a ser utilizada em referência direta a sua pessoa. Em etapas posteriores, nota-se um espraiamento da construção e seu uso em alusão a outros membros da escala de poder, como a Rainha e os Infantes, seguido de um novo espraiamento ao ser empregada a escalas de poder ainda menores. Esse processo proporciona as condições necessárias para que a contiguidade do processo metonímico não cesse e que *Vossa Mercê* funcione como um sintagma pronominal em referência à segunda pessoa do singular.

Com base em Traugot e Koing (1991), defendemos que a contiguidade inerente ao processo metonímico observado em *Vossa Mercê* se dá: (i) pela contiguidade na experiência sociocultural ou física, tendo em vista que o comportamento social atribuído ao Rei — isto é, sua capacidade de conceder favores, expressa no item *mercê* — confunde-se com o próprio Rei, em um entrelaçamento de significados; e (ii) pela contiguidade na relação parte-todo, tendo em vista que parte (a *mercê real*) e todo (a figura do Rei em si) se fundem.

Explicitados os pressupostos teóricos que norteiam à análise, apresentamos, na sequência, os aspectos metodológicos que adotamos, começando com a descrição do *corpus*.

O *corpus* e os fatores de análise

Para a realização do presente estudo, organizamos um *corpus* constituído por crônicas medievais escritas entre os séculos XV e o XVI, bem como por textos literários produzidos durante os séculos XVII e XVIII. A escolha por utilizar crônicas na composição de nosso *corpus* levou em consideração que a ocorrência de formas nominais em referência à segunda pessoa do discurso pressupõe que haja interação entre duas ou mais pessoas. Nessas crônicas, personagens históricos de Portugal (como Reis, Rainhas, Duques) aparecem interagindo com seus súditos, em discurso direto e indireto. Dessa maneira, é possível controlar o tipo de relação estabelecida entre esses personagens e as formas de tratamento que empregam entre si. Ademais, como os primeiros usos de *Vossa Mercê* são relacionados a uma forma de deferência ao Rei, era interessante que os textos escritos selecionados apresentassem a figura do Rei como um personagem em alguma interlocução. O quadro a seguir indica o texto e o ano de publicação:

Texto	Ano de publicação
<i>Crónica de Dom Pedro I</i>	A partir de 1434
<i>Crónica de D. João I – Parte I</i>	1443
<i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>	1450
<i>Crónica da conquista de Guiné</i>	1453
<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>	1463
<i>Demanda do Santo Graal</i>	Século XV
<i>Crónica dos Reis de Bisnaga</i>	Século XVI
<i>Perigração</i>	Segunda metade do século XVI
<i>Côrte na Aldeia e Noites de Inverno</i>	1579
<i>A arte de furtar</i>	1652
<i>História Sebástica</i>	1672
<i>Nova Floresta</i>	1706
<i>Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora</i>	1729-1731
<i>Vida do apostólico</i>	1746
<i>Verdadeiro Método de Estudar</i>	1746

Quadro 1 – Textos utilizados no estudo

Fonte: Elaboração própria.

Em termos metodológicos, os dados foram submetidos ao Programa estatístico Goldvarb X para o cálculo de frequências. Para observar o avanço do processo de gramaticalização de *Vossa Mercê*, a variável dependente foi codificada como exemplificado em (A), (B) e (A/B), a partir de três possibilidades de leitura: sintagma nominal (nome), sintagma pronominal (pronome de tratamento) e construção ambígua, em que as duas leituras poderiam ser acionadas. Os grupos de fatores extralinguísticos e linguísticos analisados foram: (i) época de publicação do texto (ii) estrutura do dado e (iii) função sintática da construção.

Análise dos Resultados

Na análise quantitativa geral dos dados, identificamos 112 ocorrências da construção, sendo 42 ocorrências do sintagma nominal *Vossa Mercê* (37,5% do total), 50 do pronome de tratamento (44,6%) e 20 de leitura ambígua (17,8%).

No que diz respeito ao fator tempo, os resultados comprovaram nossa hipótese inicial de que os dados presentes em textos de sincronias mais remotas seriam os que apresentariam a leitura como sintagma nominal, enquanto as formas em textos mais recentes teriam uma leitura pronominal, como mostra o gráfico 1:

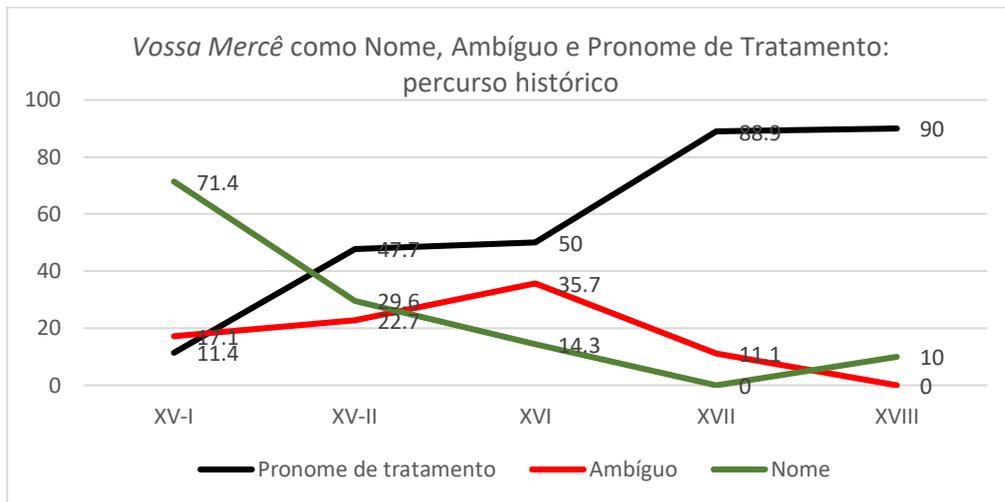


Gráfico 1: Distribuição de *Vossa Mercê* em função da época

Fonte: elaboração própria.

Como se vê no gráfico, a leitura nominal da construção *Vossa Mercê* foi a mais presente em textos mais antigos (século XV) com 71,4% dos dados. Contudo, tais casos sofrem um decréscimo contínuo ao longo dos séculos, com índices que vão a 29,6% na segunda metade do século XV, a 14,3% no século XVI e a 10% no século XVIII. As ocorrências do sintagma pronominal *Vossa Mercê*, em contrapartida, traçam um caminho inverso, mas apresentam um aumento gradual. Dos 11,4% identificados na primeira metade do século XV, os índices sobem a 47,7% na segunda metade do século, atingem 50% durante o século XVI, 88,9% no século XVII e 90% no século XVIII.

O aumento nos índices dos dados ambíguos, no período que vai do início do século XV ao século XVI, é acompanhado de uma queda contínua dos casos de *Vossa Mercê* como

sintagma nominal e de um aumento expressivo de *Vossa Mercê* como sintagma pronominal. Tais resultados podem indicar que a mudança linguística que gerou a gramaticalização de *Vossa Mercê* tem sua gênese durante os séculos XV e XVI e estão em consonância com os resultados de pesquisas anteriores (Marcotulio, 2012).

A distribuição de *Vossa Mercê* em função da estrutura do dado

Durante o levantamento das formas de *Vossa Mercê*, observamos a repetição da mesma sequência oracional em diferentes textos que compunham o *corpus* (Koch, 2008, Marcotulio, 2012). Isso nos fez postular a hipótese de que haveria, sobretudo nos textos medievais mais remotos, estruturas típicas ou formulaicas utilizadas como estratégia de exaltação à figura do Rei. Essas sequências repetitivas teriam sido transpostas para as crônicas a partir de uma tradição discursiva latina mais antiga típica do gênero carta, e sua repetição daria fidedignidade à relação de subserviência que a sociedade medieval portuguesa tinha com o Rei. Os diferentes tipos controlados não foram previamente determinados, mas identificados a partir da própria análise dos usos linguísticos encontrados no *corpus*.

Os resultados confirmaram nossa hipótese inicial, como pode ser visto na tabela 1, em que apresentamos as estruturas encontradas, seguida por um exemplo:

Tabela 1 – Distribuição de *Vossa Mercê* em função da estrutura do dado

Fator	Nome	Ambíguo	Pronome	Total
X (qu-, adv. ou conj.) + VM + verbo ser no subjuntivo (Exemplo: <i>o que/donde/no que/ como VM for</i>)	19/19 100%	0/19 0%	0/19 0%	19
Sintagma Preposicionado [prep. + VM]_{ADJ ADN} (Exemplo: <i>sob emenda de VM, servidor de VM</i>)	4/9 44,4%	2/9 22%	3/9 33,3%	9
Verbo + prep. + VM (Exemplo: <i>encomendar em VM, darey a VM</i>)	10/24 41,7%	8/24 33,3%	6/24 25%	24
Conjunção explicativa pois (que) + VM + verbo	0/5	4/5	1/5	5

(Exemplo: <i>pois que VM foy de uirdes a esta terra</i>)	0%	80%	20%	
Imperativo + VM (de/que)	5/15	3/15	7/15	15
(Exemplo: <i>seja VM de me perdoar</i>)	33,3%	20%	46,6%	
[VM sujeito + verbo] ou [verbo + VM sujeito]	2/26	2/26	22/26	26
(Exemplo: <i>VM me trouxe aqui</i>)	7,7%	7,7%	84,6%	
Verbo auxiliar + VM + verbo principal	0/4	0/4	4/4	4
(Exemplo: <i>foi VM dizer, deve VM de cuidar</i>)	0%	0%	100%	
Se + VM + verbo	0/2	0/2	2/2	2
(Exemplo: <i>se VM quer panno fiado</i>)	0%	0%	100%	
Outros	4/8	3/8	1/8	8
	50%	37,5%	12,5%	

Fonte: elaboração própria.

Primeira estrutura: *X (qu- ou adv. ou conj.) + VM + verbo for/fosse*

Um dos contextos mais produtivos para o emprego de *Vossa Mercê* como sintagma nominal foi uma estrutura inusitada, composta por um elemento *qu-*, *advérbio interrogativo* ou *conjunção*, seguido por *Vossa Mercê* e pelo *verbo ser conjugado no pretérito imperfeito/futuro do subjuntivo*. Localizamos, em nosso *corpus*, 19 ocorrências dessa estrutura, sendo que todas levam a uma leitura nominal da construção.

Essas ocorrências, rotuladas como *X (qu- ou Adv/conj.) + VM + verbo for/fosse*, são interessantes pelo fato de a estrutura possibilitar, a um leitor contemporâneo desavisado, uma interpretação de *Vossa Mercê* como forma de tratamento, caso o leitor considere erroneamente os verbos conjugados *for/fosse* como pertencentes ao paradigma do verbo *ir*, em (3):

- (3) O Iffamte Dom Pedro que hy estaua disse aa Rainha. Senhora, sse **uossa merçee** fosse, a mim parece que seria bem chamarem elRey, e lhe pedirdes que 25 as terras que uos teemdes, que seia sua merçee de as dar aa Iftamte uossa filha pêra seu soportamento, em quanto hi outra rrainha nom ha. (Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João, 1450)

Como discutido anteriormente, seria possível interpretar que o Infante Dom Pedro se dirige à Rainha com a intenção de expressar sua opinião sobre como deve se comportar diante do Rei quando vier a encontrá-lo em um momento futuro (*se vossa mercê fosse a um lugar X*). No entanto, a recorrência dessa estrutura nas crônicas medievais evidencia que tal sequência formava parte de construções discursivas bastante produtivas e de uso quase formulaico em textos que marcavam o poder da monarquia. Na verdade, o Infante Dom Pedro, ao se dirigir à Rainha, aconselha que, *se for da vontade/do desejo da Rainha*, o Rei deveria ser chamado e o pedido deveria ser feito a ele. Nesse caso, a construção não constitui um pronome de tratamento, pois *mercê* tem valor de *vontade, desejo*.

Dessas 19 ocorrências de *Vossa Mercê* como sintagma nominal, temos as seguintes variantes no *corpus*: oito ocorrências de “Se **vossa mercê** for/foi/fosse”, sete dados de “(N)o que **vossa mercê** for/foi”, duas de “Como **vossa mercê** for” e outras duas de “Donde/cada vez (que) **vossa mercê** for”. Seguem outros exemplos:

- (4) Senhor a mim parece, se **vossa merçee** fosse, que seeria bem de proveerdes vossa fazenda, e veer o que se despemder pode, e do que sobejar, emcaminhardes como acreçentees alguma cousa nos tesouros que vos ficarom de vosso padre e de vossos avoos, pera fazerdes o que os outros Reis fezerom [...]. (Crônica de D. Pedro I, século XV)
- (5) E posto que eu saiba que vos isto emtemdees e que ja em ello quiserees poer maão, cuidei porem de vollo dizer. E vos podees a ello tornar, como **vossa merçee** for mas de mim vos digo. (Crônica de D. João I – Parte I, 1443)
- (6) pella guisa que lha elRei dom Fernamdo vosso irmão fez; e que as rremdas e dereitos que vos emtanto ouverdes do logar, que lhas mandees depois entregar dôde **vossa merçee** for; e que comfirmees aos moradores dessa villa seus boôs husos e foros que antiigamente sempre ouverom. (Crônica de D. João I – Parte I, 1443)
- (7) E vos, Senhor, disse ell, nom façaaes semelhante estado, ne~ deteemça de tamanho periigo; ca aimda que vos eu e os outros do vosso Comsselho isto nom dissessemos, a rrazom vos dara dello comprido conhecimento; moormemte que nehuu~ nom vos comsselha que de todo pomto leixees esta guerra, nem a demamda que começada tee~des, aa quall podees tornar cada vez que **vossa merçee** for (Crônica de D. João I – Parte I, 1443);

Em (4), a intenção do locutor, um súdito do Rei, é aconselhá-lo de que seria bom prover sua fazenda e de ver o que se pode despender. Para garantir que seu conselho será ouvido — e que não será mal interpretado como alguém que deseja se impor aos desejos do Rei — o súdito

recorre à estrutura formulaica “se *Vossa Mercê* fosse” como forma de demonstrar a deferência necessária no tratamento real. O verbo *parecer*, que antecede a estrutura, também contribui para marcar a deferência: a ação não precisa necessariamente ser feita por quem recebe o conselho.

Em (5), a subestrutura está iniciada pela conjunção conformativa *como*, mas a intenção discursiva de aconselhamento é semelhante à extraídos da *Crônica de D. João I – Parte I*. Novamente o locutor utiliza a construção *Vossa Mercê* para exaltar a capacidade do alocutário de tomar uma decisão, ao mesmo tempo em que expressa o seu apoio.

Em (6), com o advérbio *donde*, podemos extrair dois significados bastante incutidos: primeiramente, entendemos que o locutor quer que a *vontade*, o *agrado* ou o *desejo* de seu alocutário prevaleça, que ele só faça o que lhe é aconselhado se tiver interesse. Também notamos que o locutor espera que isso aconteça independentemente do local em que o alocutário estiver. Já em (7), com *cada vez que*, podemos verificar um significado relativo ao desejo tanto de que a *vontade*, *agrado*, *desejo* do alocutário prevaleça quanto uma noção de tempo: o locutor espera que o alocutário faça o que lhe é aconselhado (se ele tiver interesse) independentemente do momento em que isso vier a ocorrer.

Como pode ser percebido nesses exemplos, a construção *Vossa Mercê* é utilizada em uma estrutura mais ampla, cuja intenção é suavizar um pedido que o emissor faz ao seu alocutário ao expor discursivamente a possibilidade — ou não — de que o ato seja realizado em função da vontade do outro. Como postulado por Brown e Levinson (1978), um pedido, uma ordem, um conselho são atos que ameaçam a *face positiva* do emissor, por serem atos em que o locutor se coloca na posição de quem deseja interferir nas ações do alocutário de modo a ter seu objetivo alcançado. Nos textos em que tal estrutura foi retirada, a construção era utilizada por súditos que tinham como objetivo fazer um pedido à realeza ou a pessoas que ocupavam cargos reais. A estrutura ocorria repetidamente para sinalizar que o Rei (ou outro interlocutor que detinha poder) só deveria atender ao pleito “se *vossa mercê* for = se fosse de (vossa/sua) vontade/agrado”. O emprego dessa estratégia marca, assim, deferência e minimiza a força do ato comunicativo: o pedido é suavizado.

Segunda estrutura: *Sintagma Preposicionado [prep. + VM]_{ADJ ADN}*

No que tange à estrutura composta por um *sintagma preposicionado* com a construção *Vossa Mercê* funcionando como um adjunto adnominal, identificamos um total de 9 ocorrências, sendo 4 (44%) do sintagma *Vossa Mercê* com leitura nominal, 2 (22,2%) com interpretação ambígua e 3 com leitura pronominal (33,3%).

Dos quatro dados de *prep. de + Vossa Mercê* interpretados como nome, dois nos chamaram a atenção por serem iniciados pelo sintagma preposicionado *sob emenda*, que também parece funcionar como uma estrutura formulaica típica de textos de exaltação à figura do Rei. Tais dados são utilizados como uma estratégia que reforça a polidez no trato com a segunda pessoa do discurso, ao indicar que o locutor se sujeita à correção de seu alocutário.

- (8) Desta reposta foram comtemtes aquelle Bispo e o cavalleiro, e asy o disseram a ell Rei, ao quoall prouve do que aviã respomdido e pedio conselho a todollos ffidalguos e perllados sobre aquela reposta dos comcelhos, e foilhe respomdido desta guissa. Senhor! A nos parece, sob ememnda de **vosa merce**, que os procuradores disseram bem, caa em verdade, Senhor, vosas despesas que dizees saom em muitas cousas de ordennar, caa as gemtes darmas e genetes chegudas a taom gram numero, que bem he pera emmemdar, caa muito do que com ellas despemdees se perde. (Crónica de D. João I – Parte I, 1443)

Na leitura de (8), percebemos que, após receber novas informações do Bispo e de um cavalleiro, o Rei dirige-se a todos os fidalgos e perlados presentes e pede um conselho, no que é prontamente atendido. Quem toma a decisão de responder-lhe, de modo a assegurar que o conselho seja atendido e que o respeito na interlocução com o Rei seja garantido, inicia sua fala através do vocativo *Senhor* e acrescenta mais uma marca de cortesia por meio de *sob emenda de Vossa Mercê*. Apenas após essas formalidades que apresenta seu parecer.

Outro dado interessante corresponde a um uso de *Vossa Mercê* que extraímos do texto de *Nova Floresta* (1706). Tal ocorrência é relevante por ser mais recente dentre as encontradas no *corpus*, e situar-se em um período de relativa gramaticalização de *Vossa Mercê* (como visto no gráfico 1), mas ser indubitavelmente um dado de leitura nominal:

- (9) Eis-aqui dizia, ó Ariano, eis-aqui, ó turba de pouco ânimo, como sem **mercê vossa** sou cristão baptizado, porque veio meu Deus, que a ninguém teme, e me concedeu o que tanto desejava. (Nova Floresta, 1706)

De acordo com Bybee (2010), uma das características de um processo de gramaticalização é a perda de mobilidade dos constituintes de uma construção. No exemplo (9), a construção ainda não está cristalizada, porque apresenta *mercê* à esquerda de *vossa*.

Os dados a seguir foram considerados ambíguos com subestrutura em análise:

- (10) O seer tomado pessoalmente o dito juramento de **uossa merceee**, e assy de todollos outros a que perteeçe semelhante juramento. (Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João, 1450)
- (11) O outro, de que contam vulgarmente porque corria nos sinais o menor criado de **vossa mercê** N, escrevendo a sua mulher se assinou o menor marido vosso N. (Côrte na Aldeia e Noites de Inverno, 1579)

Cabe destacar que a interpretação dos dados ambíguos não foi uma decisão simples. Há, nesses casos, uma possibilidade de dupla interpretação: (i) a construção pode fazer referência à *mercê*, à *vontade* ou ao *desejo* de um indivíduo — isto é, a uma parte que o representa — e (ii) ao próprio indivíduo. Desse modo, para que a construção seja interpretada como o próprio indivíduo, notamos uma extensão da qualidade *mercê* ao todo que representa o próprio indivíduo, numa fusão entre *parte/todo* por um processo metonímico.

Terceira estrutura: *Verbo + preposição + Vossa Mercê*

Outra estrutura recorrente encontrada em nosso *corpus* é a composta por um *verbo* seguido de uma *preposição* e da construção *Vossa Mercê*. Identificamos 24 ocorrências, sendo 10 (41,7%) com leitura de sintagma nominal, 8 (33,3%) de ambíguas e 6 (25%) com leitura de sintagma pronominal.

Nesse contexto, verificamos uma alta frequência de uso de *Vossa Mercê* como um sintagma nominal que acompanhava o verbo *encomendar*, seguido da preposição *em*. Esse verbo é utilizado em 5 das 24 ocorrências dessa estrutura, o que corresponde a 20,8%. Cabe observar que Koch (2008, p. 69) apresenta, em seu estudo, um exemplo semelhante no espanhol:

vuestro servidor e arçediano de Cuéllar beso vuestras manos e me **encomiendo a buestra merçed**. (documento del arçediano de Cuéllar al obispo de Segovia [1335], cit. Líbano Zumalacárregui 1991: 115).

A presença dessa ocorrência no espanhol reitera o fato de *encomendar em* compor o quadro de estruturas formulaicas típicas de textos de exaltação à figura real, funcionando como manifestações de regras discursivas da tradição epistolar que transcendem os limites linguísticos, uma vez que ocorrem em mais de uma língua (Koch, 2008, p. 69).

Na maior parte dos casos, o verbo *encomendar*, nesse tipo de estrutura, era empregado como verbo pronominal. De acordo com o dicionário *online Priberam*⁴, o verbo *encomendar*, quando utilizado como verbo pronominal, tem como significado “entregar-se a proteção de alguém; e segundo o *Dicio*⁵ (o *Dicionário online do português*) *encomendar* refere-se à ação de “solicitar a proteção em benefício próprio; recomendar-se”.

No contexto das crônicas medievais portuguesas, essa estrutura (*encomendar(-se) em Vossa Mercê*) remete à disposição do indivíduo de colocar-se em subserviência diante da *mercê* do outro. O dado (12) foi extraído da *Crônica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João*:

- (12) boõs que auia em a cidade, e tamto que forom amte elle, rreçebeos muy i5 graciosamente de sua pessoa, do que elles sobre todo forom mais comtemtes. Senhor, disse o caualleiro, elRey nosso senhor e a rrainha sua madre uos emulam mujto saudar, e o duque com todolos outros de sua uallia se encomemdam em **uossa merçee**. (*Crônica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João*, 1450).

Nesse exemplo, o locutor informa ao alocutário que o Duque e todos os outros de sua *valia* (=consideração, confiança) *se encomendam em vossa mercê*; isto é, *se entregam em vossa vontade/agrado e aceitam vossa proteção em benefício próprio*. Esse uso expressa a relação de dependência e submissão à figura real. Todas as ocorrências de *encomendar em vossa mercê* ocorreram em textos do século XV.

⁴ <https://dicionario.priberam.org/encomendar-se>

⁵ <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=encomendar-se>

Quarta estrutura: *Conjunção explicativa pois (que) + VM + verbo*

A estrutura formada por uma *conjunção explicativa*, a construção *Vossa Mercê* e um *verbo conjugado no modo indicativo* ocorreu cinco vezes na nossa amostra, sendo quatro ocorrências de leitura ambígua (80%) e uma (20%) de leitura pronominal.

Dentre essas ocorrências, duas foram extraídas da *Crónica de D. João I – Parte I*, um texto bastante recuado no tempo e situado em uma época em que esperávamos encontrar mais dados da construção como nome. Em (13), há um caso de *Vossa Mercê* de leitura ambígua:

- (13) E por este azo se refream de muitas cousas em que cairiam porque sabem que nã teem em mim cobro de roguo que por elles aja de fazer. Mas pois **vosa merce** hee me dardes emcarreguo dello, a mim me praz por serviço de Deos e voso, porque vejo que a terra hee mui minguada della, de o tomar e de poer e~ ello maão no melhor modo que me Deos emcaminhar. (*Crónica de D. João I – Parte I*, 1443)

Nesse caso, o locutor se dirige ao alocutário dando-lhe satisfações. Ele explica ao Rei que a razão pela qual as pessoas se refreiam diante de suas ações. Elas estão cientes de que não há possibilidade de lhe fazer súplica e que ele (o locutor) assim o faz porque Deus e o Rei lhe encarregaram dessa função. Por esse dado, é possível interpretar que tanto o Rei lhe deu encargo de tal função quanto a sua mercê (a do Rei).

Em (14), tem-se um dado analisado como sintagma pronominal por conta da natureza semântica do verbo *saber* que requer um sujeito com papel semântico associado aos traços [+humano] e [+animado]. Como afirma Iglesias Recuero (2008, p. 1875), para um “sujeito de verbo epistêmico como *saber*, é mais difícil aceitar que a misericórdia ou a vontade desempenhem o papel semântico de experienciador”:

- (14) E mais outra cousa que aquecer podia, que nam cobramdo vos Purtuguall como dizees e vos os mouros fizesem guerra, que voos a nã poderies sofrer, caa bem sabe **Vosa Merce** quoamdo tall guerra aquecer e se em Gualliza ham darmar que de Castella vem os gualteotes e os dinheiros pera a armaçaom e deshi se hajuntam os cavalleiros com os dAmdaluzia pera defemder a terra, (*Crónica de D. João I – Parte I*, 1443)

Tem-se mais uma evidência que o processo de gramaticalização de *Vossa Mercê* já havia se iniciado no século XV. Em (14), nota-se a expansão de significado por metonímia, ou seja, em que a parte e o todo se confundem. *Vossa Mercê* já apresentava uma referência sinonímica à segunda pessoa do discurso.

Quinta estrutura: Imperativo

A estrutura composta de um verbo no *imperativo* e da construção *Vossa Mercê* desfavorece a leitura nominal: 33,3% (5/15) como nome, 46,6% dos casos (7/15) como pronome e 20% (3/15) de casos ambíguos.

Em (15), o uso nominal de *Vossa Mercê* tem como função ser uma estratégia que torna o ato comunicativo menos diretivo, ao atenuar os prejuízos que um pedido pode acarretar à face positiva do alucutário, já em (16) temos um pronome de tratamento:

- (15) Louremçe Anes comprio seu mamdado, e [...] disse huu~ dia a elRei de Castella: Senhor, eu e Gomçallo Perez, vosso scripvam da Châçellaria, nõ teemos aqui nossas molheres; ca eu tenho a minha em Lixboa, e ell tem a sua em Evora; seja **vossa merçee** de nos dar leçemça pera hirmos por ellas, assi por sua seguramça, como por teemos aazo de vos melhor servir. (Crónica de D. João I – Parte I, 1443).
- (16) **Seja como vossa mercê quizer**: ouro he, o que ouro val, e por ser fiado, talhoulhe o preço por cima das gavias. (A arte de furtar, 1652) (= seja O senhor/Você quizer)

Sexta estrutura: [VM sujeito + verbo] ou [verbo + VM sujeito]

Na estrutura que convencionamos representar como [*VM sujeito + verbo*] ou [*verbo + VM sujeito*] acomodamos as ocorrências em que a construção exerce a função sintática de sujeito com verbo anteposto ou posposto. Notamos, nessa estrutura, um predomínio significativo da leitura pronominal. Por ora, retomaremos apenas o número de ocorrências identificadas no *corpus*: foram 26 dados dessa estrutura, 22 (84,6%) tiveram uma leitura pronominal e os 4 restantes se dividiram equitativamente entre as leituras nominal e ambígua (7,7% cada). A análise dessas ocorrências será feita na seção 4.3 quando discutirmos a posição do verbo em relação ao sujeito.

Sétima estrutura: Verbo auxiliar + Vossa Mercê + verbo principal

Constatamos apenas quatro dados da estrutura constituída por um *verbo auxiliar*, pela construção *Vossa Mercê* e pelo verbo principal. Todos os dados foram considerados de leitura pronominal. Não foi propriamente a locução verbal em si (*V. auxiliar* + *V. principal* ou vice-versa) que interferiu na leitura pronominal das ocorrências analisadas, mas a natureza dos verbos principais identificados nessas ocorrências.

- (17) ... Dom Samuel Levi seu tesoureiro moor, lhe disse presente todos. Senhor oje foi **vossa merce** dizer perante aquelles que aqui estavam, que vos nom tiinhades mais thesouro que viinte mil dobras. (Crónica de Dom Pedro I, século XV)
- (18) - Vos, senhor, - disseram elles - bem vedes o perigo em que somos, ...caa este tempo he abastante pera nos estruyr, ... bem deve **vossa merce** de cuydar que, quamdo nos os mouros vyre~, o que avemos d'achar sua terra allvoroçada & a gemte posta em sallvo. (Crónica do Conde D. Pedro Meneses, 1463)
- (19) Sou contente, responde o Ministro mas ha-me **Vossa Mercê** de fazer huma escritura de venda, em que confesse, que lhe comprey a tal Quinta [...]. (A arte de furta, 1652)
- (20) e seraõ Sua Magestade e **vossa mercê** servidos. (A arte de furta, 1652)

Em (17), têm-se um verbo *dicendi* (*dizer*) que naturalmente exige um sujeito humano, o que nos leva a uma interpretação de *Vossa Mercê* como pronome de referência à segunda pessoa. Em (18) e (19), têm-se dois verbos causativos (*cuidar* e *fazer*) em que o sujeito da oração *Vossa Mercê* atua na ação ou no processo expresso pelo verbo: *fazer uma escritura*, por exemplo, em (19). Em (20), a estrutura de coordenação com *Sua Magestade* e *Vossa Mercê* aciona uma leitura pronominal.

Oitava estrutura: Conjunção condicional se + Vossa Mercê + verbo

Na estrutura composta pela *conjunção condicional se*, da construção *Vossa Mercê* e de um *verbo finito ou infinito*, encontramos dois dados com leitura pronominal:

- (21) Se **vossa mercê** não está ausente das lembranças que suas promessas me asseguravam de haver de ter muitas deste seu cativo. (Côrte na Aldeia e Noites de Inverno, 1579)
- (22) Respondeo hum: vendo pannos, não empresto o dinheiro, com que trato: se **vossa mercê** quer panno fiado darlho-hey, buscará quem lho compre, e fará seu negocio com o dinheiro. (A arte de furta, 1652)

Nesses exemplos, pistas textuais e gramaticais levaram à interpretação como pronome. Em (21), há o uso do item *ausente* – que favorece a interpretação do sujeito como sendo [+humano], além do possessivo de terceira pessoa (*sua*) associado a promessas. Tem-se aí, necessariamente, um sujeito agente. Em (22), o verbo *querer* é um verbo epistêmico que projeta possibilidades e desejos futuros. A interpretação de que há um sujeito-pessoa [+ humano] é novamente favorecida.

Distribuição de *Vossa Mercê* com relação à função sintática

No que concerne ao fator função sintática, nossa hipótese inicial era a de que as funções sintáticas de sujeito e objeto indireto (dativo) poderiam favorecer a leitura pronominal da construção, por serem funções em que o papel temático de agente e beneficiário são mais comuns. Como as formas pronominais de tratamento pressupõem necessariamente a existência da categoria (semântico)-gramatical de pessoa e, no nosso objeto de estudo, uma referência dêitica ao ouvinte/alocutário (a quem se dirige o enunciado), postulamos que as funções sintáticas em que prevalece o traço [+humano] poderiam ter sido um dos gatilhos para a gramaticalização de *Vossa Mercê* como pronome. De igual modo, nas funções em que o traço [+humano] não fosse obrigatório ou predominante, a leitura nominal seria favorecida. Já função sintática de oblíquo em estrutura predicativa também levaria a uma leitura nominal dos dados, porque essa era a função mais recorrente em estruturas formulaicas nos textos. A tabela 3 apresenta os resultados:

Tabela 2 – Distribuição de *Vossa Mercê* com relação à função sintática

Fator	Nome	Ambíguo	Pronome	Total
-------	------	---------	---------	-------

Obliquo em estrutura predicativa	19/21 90,5%	1/21 4,8%	1/21 4,8	21
Obliquo complemento	1/2 50%	1/2 50%	0/0 0%	2
Obliquo adjunto	5/14 35,7%	5/14 35,7%	4/14 28,6%	14
Objeto indireto (dativo)	5/15 33,3%	7/15 46,7%	3/15 20%	15
Objeto direto (acusativo típico)	0/4 0%	2/4 50%	2/4 50%	4
Sujeito	8/54 14,8%	6/54 11,1%	40/54 74,1%	54
Outros	2/2 100%	0/0 0%	0/0 0%	2

Fonte: elaboração própria.

Em uma análise geral da tabela, percebemos que a leitura nominal prevaleceu de modo mais polarizado no caso dos oblíquos em estrutura predicativa (90,5%). A leitura pronominal, por sua vez, apresentou frequências mais altas na função de sujeito (74,1%), o que confirmou parcialmente a nossa hipótese inicial, haja vista que os objetos indiretos dativos apresentaram índices maiores para a leitura ambígua (46,7%) e não para a pronominal (20%).

A função oblíqua em estrutura predicativa esteve presente em 21 ocorrências, sendo a maioria de leitura nominal (19 ocorrências). Esses casos constituem-se basicamente de estruturas formulaicas de polidez bastante presentes nas crônicas, como mencionamos anteriormente:

- (23) Mas aquele escudeiro que ho Comde envia a vos, sobre esto vos pode dizer o mais certo; chamaio e vede o que quer, e asy podees fazer o que **vosa mercer** foor. (Crónica de D. João I – Parte I, 1443) (= Assim podeis fazer aquilo que for (de) **vosso agrado**)

Na tabela 3, a maioria dos dados ocorreu na função de sujeito, prevalecendo a leitura como pronome (74,1%), especialmente nos textos dos séculos XVII e XVIII. Confirmando a nossa hipótese, os verbos que levaram a construção a ter uma leitura pronominal favorecem semanticamente um agente com traço [+animado] ou [+humano]. Estão, no primeiro grupo, verbos como *apontar*, *buscar*, *cuidar*, *dar*, *fazer*, *mover*, *querer*, *partir* e *trazer*. Já dentre os que exigem um agente necessariamente humano, estão os verbos *conhecer*, *dizer* e *saber*:

- (24) Destas coisas ainda há muitas testemunhas vivas, de quem **vossa mercê pode saber** melhor a verdade. (História Sebástica, 1735)

No que tange aos objetos indiretos dativos, das 15 ocorrências identificadas, 7 (46,7%) foram de leitura ambígua, 5 (33,3%) de leitura nominal e 3 (20%) de leitura pronominal. O dativo foi a função que mais favoreceu a leitura ambígua da construção, o que pode sinalizar que essa função possa ter funcionado como contexto-ponte para o processo de mudança:

- (25) E porque depois dos ditos trautos passados, se seguiram outros negócios naquelle rregno, primçipalmente os feitos delRey Dom Fernamdo, nom poderam emuiar aa **uossa merce**e rrequerer o dito juramento. Porem porque as ditas. (Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João, 1450)
- (i) Leitura nominal: Não poderão enviar à **sua/vossa graça/presença/bondade** para requerer o dito juramento;
- (ii) Leitura pronominal: Não poderão enviar ao **interlocutor** o dito juramento.

Essa ambiguidade pode ser explicada pela própria concepção do caso dativo. O termo que funciona como beneficiário da ação verbal deve apresentar como propriedade semântica o traço [+humano] ou, ao menos, o traço [+animado]. Isso explica por que *Vossa Mercê* pode ser interpretada tanto como uma referência direta à segunda pessoa quanto como uma referência a algo possuído por essa pessoa. Para uma leitura ambígua, a construção pode ser interpretada como um nome ao fazer uma referência indireta ao beneficiário da ação expressa pelo verbo ou

mesmo como uma estratégia discursiva de referência à *graça do interlocutor*. Em uma leitura pronominal, tem-se uma referência direta ao beneficiário da ação expressa pelo verbo, no caso, à segunda pessoa (o ouvinte/o alocutário).

Para os oblíquos adjuntos, foram localizados 14 dados. As leituras nominal e ambígua foram as predominantes com 5 ocorrências cada (35,7%). A leitura pronominal apresentou 4 dados (28,6%). Por hipótese, *Vossa Mercê* teria uma leitura ambígua quando o oblíquo adjunto correspondesse ao caso genitivo. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, pode haver uma relação de posse entre um sintagma genitivo e outro sintagma em que está inserido:

- (26) O outro, de que contam vulgarmente porque corria nos sinais o menor criado de **vossa mercê** N, escrevendo a sua mulher se assinou o menor marido vosso. (Côrte na Aldeia e Noites de Inverno, 1579)

As ocorrências mais antigas da construção *Vossa Mercê* tinham apenas uma leitura nominal. O possessivo *vossa* funcionava como um indicativo de que o nome *mercê* fazia uma referência a algo possuído pela segunda pessoa, entretanto, a construção, como um todo, fazia referência a algo na terceira pessoa. A referência era anafórica. A posse expressa pela construção funcionando como genitivo de um outro sintagma era, nesses casos, relativa a algo possuído pelo alocutário e não ao alocutário em si. Conforme o processo de gramaticalização da construção inicia-se, *Vossa Mercê* perde algumas de suas propriedades semânticas e passa a funcionar em bloco, mas adquire a possibilidade de funcionar como uma referência direta à segunda pessoa, uma referência dêitica. Logo, a posse expressa pela construção, funcionando como genitivo de um outro sintagma passa a uma referência à segunda pessoa em si.

Conclusão

A análise dos dados de *Vossa Mercê* em documentação medieval e clássica portuguesa evidenciou como se deu o início do processo de gramaticalização dessa construção, bem como o seu avanço nos séculos XV a XVIII.

A partir de consultas a glossários e a dicionários etimológicos, recuperamos os valores originais do vocábulo *mercê*, e foi possível compreender o processo de abstratização semântica

que o item passou desde o latim: de “pagamento, soldo, salário”, *mercê* passou a *prejuízo*, *pena*, *castigo* por um processo metafórico e à *recompensa divina* por um processo metonímico. A aceção de *recompensa* se espraia e passa a ser utilizada também em referência divina, haja vista que, na sociedade medieval portuguesa o Rei era vista como uma extensão de Deus na Terra. Tais alterações semântico-pragmáticas estão associadas ao sistema social centrado na *concessão de mercês* feita pelo Rei aos que lhe prestassem serviços. Esse mecanismo de manutenção social teria levado à criação da construção *Vossa Mercê* em referência ao Rei. A recorrência de uso dessa construção teria criado meios para que o Rei se confundisse com *sua mercê* – e que, num segundo momento, essa construção se espraie a outros estratos sociais.

Os resultados quantitativos mostraram que a leitura nominal da construção era mais comum em textos mais antigos e que as ocorrências como forma de tratamento sofrem um aumento contínuo a partir da segunda metade do século XV. A gramaticalização se intensificou nos séculos XV e XVI.

No que tange à estrutura do dado, nossos resultados indicaram que certas estruturas com *Vossa Mercê* teriam sido transportadas para as crônicas a partir de uma tradição latina mais antiga ou mesmo por meio de uma outra língua românica, conforme mostrou Marcotulio (2012). Na maior parte dos casos, *Vossa Mercê* era utilizada com valor para suavizar um pedido feito ao alocutário, expondo discursivamente a possibilidade, ou não, de que o ato/pedido seja realizado em função da vontade do outro (*mercê* com valor de *vontade/agrado*). A construção aparece na “fala” em que os súditos fazem um pedido à realeza. Com variações, o emprego dessa estratégia marcava deferência, minimizando o ato comunicativo: o pedido solicitado.

No que se refere à função sintática, nossa hipótese de que as funções sintáticas de sujeito e objeto indireto favoreceriam a leitura pronominal foi parcialmente confirmada. Nas ocorrências com função sintática de sujeito, houve um predomínio da leitura pronominal nas orações com verbos [+animados] e [+humano]. No entanto, a leitura mais comum aos objetos indiretos dativos foi a ambígua, o que pode sinalizar que o dativo pode ter funcionado como um contexto-ponte para a mudança. Em contrapartida, os resultados nos mostraram que a função sintática de oblíquo em estrutura predicativa levou a uma leitura nominal dos dados, posto que tal função era a mais recorrente nas estruturas formulaicas observadas.

Referências

- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Style in language*. Massachusetts: MIT Press, 1960. p. 253-276
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Steven *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge, CUP. Originalmente publicado como: “Universals in Language Usage, Politeness Phenomenon”, Esther Gody (ed.) In: *Questions and Politeness, strategies in Social Interaction*. Nova York: CUP, 1978.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. 1. ed. Madrid: Gredos, 1985
- DU CANGE, Charles du Fresne et al. *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis*. Niort: L. Favre, 1883–1887.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 114–132, 2017.
- HEINE, Bernd et al. From cognition to grammar: evidence from African languages. In: TRAUOGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991. v. 1.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R.D. (ed.) *The Handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing Ltd, 2003.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tânia. *The Genesis of Grammar. A Reconstruction*, New York, Oxford University Press, 2007.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes (Ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio*

lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Frankfurt am Main/ Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Lingüística Iberoamericana 31), 2008. p. 53-88.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2012

MATTOSO, José. *Perspectivas Actuais Sobre A Nobreza Medieval Portuguesa*. In: Revista de História Das Idéias (vol 19) A Cultura Da Nobreza, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1980. p 7-37.

MUNGUÍA, Santiago Segura. *Nuevo diccionario etimológico Latín-Españole de las voces derivadas*. Bilbal, Universidad de Deusto, 2013, p. 457.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

NIERMEYER, J. F. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Leiden: Leiden, E.J. Brill, 1976.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v. : il. ; 28 cm. v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

Textos utilizados na coleta de dados

BARROS, André de. *Vida do Apostólico Padre António Vieira*. Officina Sylviana. Lisboa, 1746. Transcrito por M. Soares.

BERNARDES, Manuel Padre. *Manuel Bernardes*. Lisboa (Portugal): Livraria Clássica Editora, 1943.

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P dos Reis; OLIVAL, Fernanda. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora: Vol. 1 (1729-1731)*. Lisboa, Edições Colibri - CIDEHUS/Universidade de Évora - CHC/Universidade de Lisboa , 2002.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Côrte na aldeia e noites de inverno/por Francisco Rodrigues Lobo*. - Lisboa: Comp. Nacional Ed., 1890.

LOPES, David (ed.) *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

LOPES, Fernão. *Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos Reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo...pelo Padre Jozé Pereira Bayam....* - Lisboa Occidental : na Officina de Manoel Fernandes Costa impressor do Santo Officio, 1735.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I* – Vol. 1 Porto: Livraria Civilização, 1991, 455 p.

Recebido em: 20/02/2025.

Aceito em: 05/04/2025.